

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA IDENTIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA À CRIANÇA E O ADOLESCENTE: REVISÃO INTEGRATIVA

THE ROLE OF NURSES IN IDENTIFYING AND REPORTING CASES OF VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS: INTEGRATIVE REVIEW

Larissa Leocadio da Silva[1], Magalli Bezerra Moreira Avelino[2], Nubia Alves da Silva[3], Janice Therezinha Santos[4], Vanessa Martins de Oliveira[5], Cecilia Benevenuto Rezende[6], Claudia Jaqueline Martinez Munhoz[7], Jefferson Carlos de Oliveira[8]

e24111
https://doi.org/10.53612/recisatec.v2i4.111

PUBLICADO: 04/2022

RESUMO

Objetivo: Identificar atuação do enfermeiro frente aos deveres e responsabilidades às crianças vítimas de violência **Método:** Trata-se de uma Revisão Integrativa, realizada nos meses de agosto a novembro de 2019, o estudo contemplou publicações de artigos científicos, selecionados e publicados no período de 2015 a 2020, disponíveis eletronicamente em texto completo, nos idiomas português, inglês e espanhol nas referidas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library* (SciELO), BDENF (Base de dados em Enfermagem), PUBMED (Literatura Internacional em Ciências da Saúde). **Resultado:** Fizeram parte deste estudo um total de 9 artigos, sendo que 02 artigos se repetem na base de dados da BDENF e LILACS e 01artigo se repete na base de dados da SciELO e PUBMED. O contingente de artigos elegíveis para a pesquisa foi de 7 artigos. **Conclusão:** O enfermeiro ainda apresenta, em determinadas situações, limitações em tomar medidas quanto a ações que permeiam casos de violência. A notificação de um caso de violência pode ser conduzida pelo enfermeiro e, além disso, o próprio pode propiciar medidas que garantam a segurança das vítimas, contudo não é possível observar um cenário onde o profissional enfermeiro está engajado em seu exercício profissional com tais condutas, necessitando de aprimoramento.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermeiro. Notificação de Violência. Criança e adolescente

ABSTRACT

Objective: *To identify nurses' actions in relation to duties and responsibilities to children who are victims of violence.* ***Method****: This is an Integrative Review, conducted from August to November 2019, the study included publications of scientific articles, selected and published in the period from 2015 to 2020, available electronically in full text, in Portuguese, English and Spanish in the aforementioned latin american and caribbean literature databases in Health Sciences (LILACS), Scientific Electronic Library (SciELO), BDENF (Nursing Database), PUBMED (International Literature in Health Sciences).*

[1] Enfermeira pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo.
[2] Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo.
[3] Graduanda de Enfermagem pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo.
[4] Enfermeira, Mestre em Gerontologia pela Pontifica Universidade Católica de São Paulo – PUC. Doutorado pela Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN área de Biotecnologia e Inovação em Saúde. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Anhanguera
[5] Enfermeira, Especialista em Enfermagem, área de concentração: Pediatria Geral, pelo Curso de Especialização em Enfermagem - Modalidade Residência - UNIFESP/EPM. Docente do Curso de Enfermagem- Centro Universitário Anhanguera de São Paulo
[6] Enfermeira, Mestrado Profissional em Enfermagem pelo Processo de Cuidar em Saúde do Centro Universitário São Camilo, Preceptora de Estágio do Curso de Enfermagem- Centro Universitário Anhanguera de São Paulo- Vila Mariana. São Paulo, Enfermeira Hospital São Camilo.
[7] Enfermeira, Mestre e Doutora em Ciências da Saúde Famerp/SJRP, Avaliadora MEC/INEP, Líder de Diretório de Pesquisa, Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Professora Colaboradora do Curso de Graduação em Enfermagem- Centro Universitário Anhanguera de São Paulo
[8] Enfermeiro, Mestrado Profissional em Enfermagem pelo Processo de Cuidar em Saúde do Centro Universitário São Camilo, Docente do Curso de Enfermagem- Centro Universitário Anhanguera de São Paulo



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

***Result**: A total of 9 articles were part of this study. Since 02 articles are repeated in the Database of BDENF and LILACS and 01 article is repeated in the Database of SciELO and PUBMED. The number of articles eligible for the research was 7 articles. **Conclusion:** The nurse still presents in certain situations limitations in taking measures regarding actions that permeate cases of violence. The notification of a case of violence can be conducted by the nurse and, in addition, the nurse himself can provide measures that guarantee the safety of the victims, however it is not possible to observe a scenario where the professional nurse is engaged in his professional practice with such conducts, requiring improvement.*

***KEYWORDS:** Nurse. Notification of violence. Child and adolescent*

INTRODUÇÃO

A violência contra a criança e ao adolescente é tida como uma preocupação mundial, nenhum país ou comunidade é intocado por violência. A Violência pode ser definida como sendo o uso da força física ou psicológica, ameaçando e/ou praticando-a em si mesmo ou a outra pessoa. De forma que a vítima levará as marcas dessa agressão durante toda sua vida, ocasionando consequências em seu desenvolvimento social e psicológico[1].

No Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), define-se criança, uma pessoa até doze anos de idade e adolescente como uma pessoa entre doze e dezoito anos de idade[2].

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a forma de violência mais praticada a crianças e adolescentes de 0 a 13 anos, que são atendidas nas unidades de saúde, é o estupro, em 58%, sendo este percentual acometido dentro da própria casa da vítima[3].

A violência sexual tem como alvo na maioria das vezes meninas, e os agressores quase sempre são os pais, familiares, padrasto ou pessoas conhecidas das vítimas. Dados mostram ainda que, 90% das adolescentes denunciam a violência sexual e relatam que o autor era alguém conhecido ou da família, entretanto, somente 1% procura ajuda de profissionais, levadas pelo medo do agressor ou vergonha dos outros familiares e amigos. O pesadelo se torna ainda pior quando o ato acontece repetidas vezes, visto que o agressor é um familiar ou um conhecido, totalizando 38% dos casos[3].

Além do abuso sexual, a violência contra crianças e adolescentes inclui também maus tratos físicos, psicológicos e negligência. Em todo mundo 1,5 bilhões de pais ou cuidadores dizem que o castigo físico é uma ferramenta necessária para criar e educar as crianças. O castigo corporal não distingue classe social ou raça, cerca de 300 milhões de crianças de 2 a 4 anos sofre com violência corporal em todo mundo[4].

Todas as formas de violência contra as crianças e adolescentes, sejam elas físicas ou morais, são prejudiciais e acarretam uma serie de consequência, além da dor e sofrimento, transtornos emocionais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, abortos clandestinos que resultam no impedimento de seu desenvolvimento esperado[5].

Vislumbrando conhecer o papel do profissional enfermeiro diante desta situação e melhor delineamento da pesquisa, realizou-se a seguinte pergunta norteadora: Qual o papel do enfermeiro no atendimento e notificação dos casos de violência a criança e adolescentes?

MÈTODO

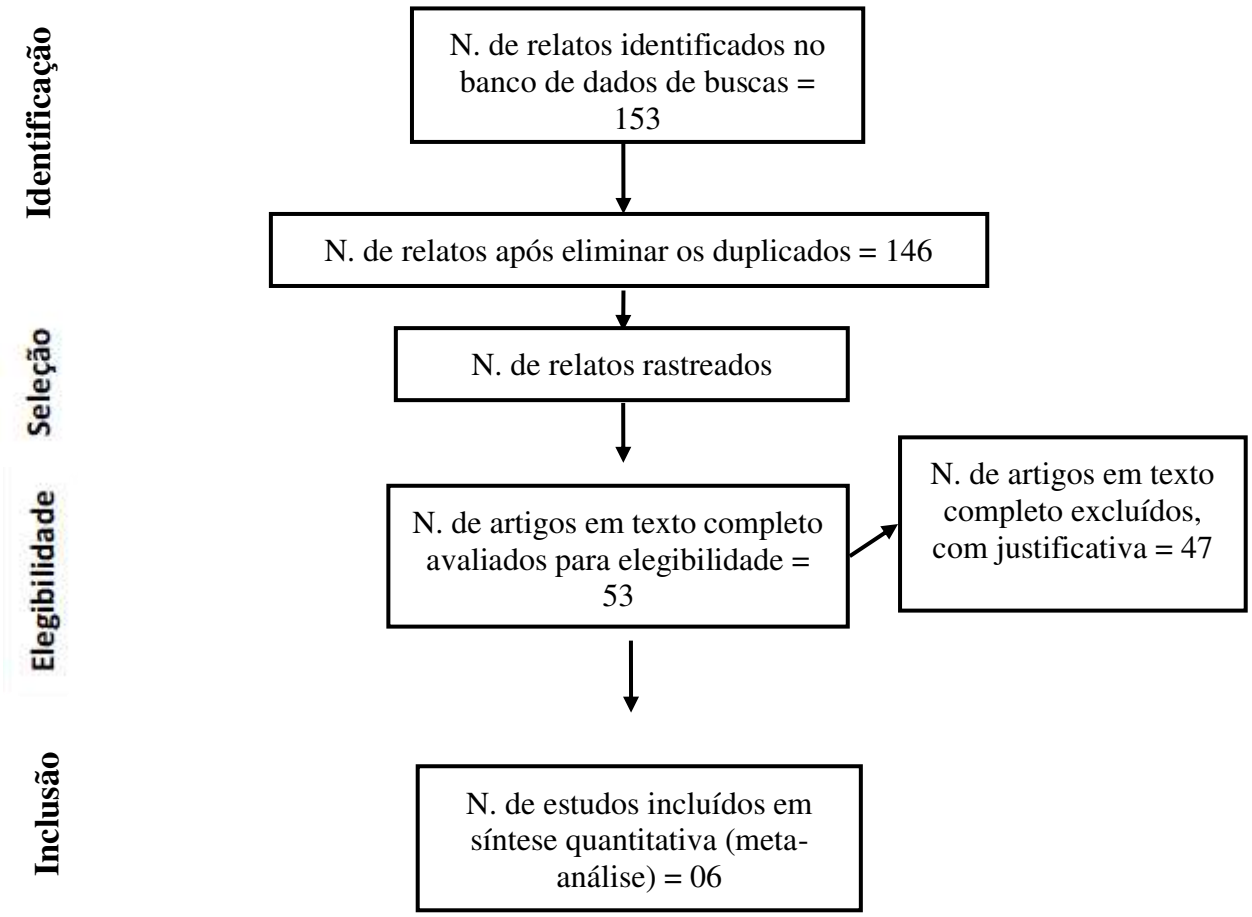
Trata-se de uma Revisão Integrativa, realizada nos meses de agosto a novembro de 2019, o estudo contemplou publicações de artigos científicos, selecionados e publicados no período de 2015 a 2020, disponíveis eletronicamente em texto completo, nos idiomas português, inglês e espanhol nas referidas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library* (SciELO), BDENF (Base de dados em Enfermagem), PUBMED (Literatura Internacional em Ciências da Saúde). A revisão do processo baseou-se nas recomendações da lista de conferência *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*[6].

A Revisão Integrativa refere-se a um método onde permite a síntese de múltiplos estudos publicados possibilitando conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo[7].

A revisão integrativa ocorreu em seis etapas: Fase 1 - Identificação do tema e hipótese de problema de pesquisa para elaboração da revisão integrativa; Fase 2 – Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão dos estudos encontrados na busca da literatura; Fase 3 – Categorização dos estudos e coleta de dados; Fase 4 – Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; Fase 5 – Interpretação e discussão dos resultados; Fase 6 – Apresentação da revisão integrativa. Após a delimitação, seguiu-se com a avaliação do problema de pesquisa e sua estratificação seguindo a estratégia PVO[8] (População / Problema, Variável e Resultados / Outcomes).

Utilizou-se para análise do rigor metodológico um instrumento adaptado pelos pesquisadores que permitiu levantar as dimensões dos estudos, contendo principalmente as seguintes variáveis: Base de dados, Pais de origem, Título, Tipo de estudo, Autores, Periódico e ano de publicação. Todos os artigos selecionados foram submetidos à leitura minuciosa, realizada em duas etapas: na primeira foi realizada a síntese dos dados de identificação e a caracterização da amostra e, na segunda, a análise do conteúdo dos artigos, sendo validado por dois pesquisadores.

FIGURA 1 - fluxograma do processo de seleção dos estudos segundo o prisma. São Paulo, sp, Brasil, 2022.



Fonte: dados da pesquisa, 2022.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

RESULTADO

Quadro 1- Apresentação da caracterização dos principais estudos desenvolvidos incluídos na revisão integrativa mediante as Bases de dados: Pais de origem, Título, Tipo de estudo, Autores, Periódico e ano de publicação, São Paulo- SP.

Bases de dados	Local estudo/ Pais de origem	Título	Tipo de estudo	Autores	Periódico e ano de publicação
BDENF	Rio de Janeiro-RJ/Brasil	Percepção do enfermeiro sobre violência contra criança e adolescente praticada pelo acompanhante na enfermaria pediátrica	Qualitativo/ descritivo	Barrenech E.A, Lindsay Ibacache *et al.*	Rev. Bras. Enferm. 2020.
BDENF	Pernambuco-PE/Brasil	Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem	Descritivo/ exploratório	Galindo, Nayala Anatália de Lourdes *et al.*	Rev. Enferm. UFPE on line. 2017.
BDENF	Pernambuco-PE/Brasil	Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na perspectiva de enfermeiros da atenção básica	Qualitativo	Leite, Jéssica Totti *et al.*	Rev. Gaúch. Enfem. 2016.
BDENF	Ribeirão Preto – SP/ Brasil	Violência contra crianças e adolescentes: o olhar da Atenção Primária à Saúde	Qualitativo	Carlos, Diene Monique *et al.*	Rev. Bras. Enferm. 2017.
SciELO	Minas Gerais – MG/Brasil	Abuso físico de crianças e adolescentes: os profissionais de saúde percebem e denunciam?	Transversal	Martins-Junior, Paulo Antonio *et al.*	Cienc. Saúde Colet. 2019.
Lilacs	Minas Gerais-MG/Brasil	Frequência de identificação e notificação de abuso físico infantil por profissionais da Estratégia Saúde da Família e relação com fatores socioeconômicos	Transversal	Silva-Oliveira, Fernando *et al.*	Arq. Odonto. 2017.

Fonte: autor, 2022.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

Quanto a caracterização dos artigos incluídos na revisão integrativa, ocorreu uma parcialidade trabalhos selecionados em periódicos sendo identificados duas publicações em Pernambuco e duas em Minas Gerais.

No primeiro levantamento identificou-se 153 artigos, destes, 22 eram da SciELO, 73 da Lilacs e 58 da BDENF. Na busca de títulos e refinamento, alguns estudos foram excluídos e com aplicação dos critérios de inclusão/exclusão e leitura dos resumos, sendo elegíveis 06 artigos, que contemplaram a pesquisa sendo distribuídos nas seguintes bases de dados, 04 na BDENF, 01 na SciELO e 01 na Lilacs. Quadro 1 de acordo com o escopo do estudo).

DISCUSSÃO

No cenário brasileiro, violência a crianças e adolescentes é descrita como uma epidemia, uma questão de saúde pública, de responsabilidade social e ainda uma violação dos direitos da criança e adolescente visto o aumento considerável nos números de casos notificados, contudo os atos de violência estão entrelaçados nas raízes sociais e culturais dos indivíduos e por esse motivo o governo ainda precisa traçar estratégias para tentar solucionar o problema que tomou proporções tão alarmantes impactando na morbimortalidade[9].

É no ambiente familiar que se espera encontrar um elo de carinho, proteção, amor e compreensão, a consequência de um ato de violência doméstica para uma criança ou adolescente pode gerar sequelas que afetaram seu desenvolvimento, podendo as vítimas ter tendências suicidas, escolher uma vida criminosa, sofrer com depressão e ansiedade, além de desenvolverem dificuldade de se relacionar, ou ainda incluírem no seu comportamento uma personalidade agressiva[10].

Caracterizado como um ato de alta complexidade, medidas estratégicas foram tomadas para tentar lidar com esse problema, o estatuto da criança e adolescente determinou que profissionais da saúde e da educação devem denunciar casos de maus tratos e profissionais da área da saúde estão respaldados pela portaria nº 1.271/2014, onde os casos de violência devem ser notificados compulsoriamente em todos os serviços de saúde[11].

Diagnosticar um ato de violência em crianças e adolescentes demanda dos profissionais atenção e cuidado, pois na maioria das vezes essa população chega acompanhada ao serviço de saúde pelos próprios agressores sendo que o relato é descrito muitas vezes como sendo acidente externo sofrido pela criança. Contudo, cabe ao profissional buscar mecanismos para conseguir um momento a sós com a criança ou adolescente e criar um diálogo, prestando atenção nos sinais e detalhes que possam confirmar o diagnóstico. Mediante o cenário se faz importante o olhar do profissional da saúde, sobretudo o enfermeiro acompanhar a criança nesse processo e estar capacitado para adoção de medidas que visem proporcionar a criança um ambiente seguro[12].

A notificação de um caso de agressão é obrigatória, mesmo se o diagnostico não foi concreto, mesmo com suspeitas, as autoridades devem ser avisadas, entretanto muitos profissionais não dão

sequência ao procedimento, seja por falta de informação para preencher o documento, falta de apoio da instituição ou até mesmo dos profissionais que se sentem acuados em concretizar o caso e relatar seu diagnóstico[11].

Em teoria, o profissional Enfermeiro tem completa capacidade e meios para dar suporte para a criança ou adolescente que foi vítima de violência, porém a prática traz dificuldades e obstáculos que prejudicam a efetividade da notificação e do segmento que garanta a segurança dessa população[12].

Profissionais enfermeiros relatam que a subnotificação é um cenário comum entres os profissionais, pois se entende que os órgãos responsáveis, como o Conselho Tutelar não é resolutivo e isso pode prejudicar no contado com a família a níveis de atenção primaria, ou ainda os profissionais podem sofrer retaliação e até ameaça das famílias[11].

A Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como proposta melhorar os indicadores de saúde e a atenção primaria a saúde (APS), tendo como foco o desenvolvimento de uma capilaridade e descentralização, onde a violência e a intervenção estão entre as demandas cobertas pela APS com as famílias envolvidas com a violência[13].

Nesse contexto o enfermeiro participa de todo o processo desenvolvido na APS, desde a identificação, acolhimento, notificação e o acompanhamento das vítimas, e no cenário atual o enfermeiro pode atuar na busca de estratégias que por meio de ações com a comunidade com proporcionando intervenções de maneira indireta, como diálogos, informações com objetivo de entender as dificuldades das famílias e tentar um resultado que ofereça a criança ou adolescentes consequências menos traumáticas[14].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que o profissional enfermeiro ainda enfrenta dificuldades em exercer seu papel mediante as questões que permeiam violência e agressão a crianças e adolescentes dentro das instituições, sendo por insegurança, falta de conhecimento dentre outras. A notificação de um caso de violência pode ser feita pelo enfermeiro e, além disso, ele poderá propor medidas que garantam a segurança das vítimas.

A pesquisa nos evidencia que a violência já pode ser considerada uma das maiores causas de morte entre as crianças e adolescentes, e também revela que a notificação desses casos não é realizada de modo efetivo, o que nos faz pensar em números de casos muito maiores do que não são notificados, e carecem ainda da falta de empoderamento de profissionais que lidam com estas questões em seu cotidiano, mas se sentem amedrontados, com dúvidas do papel que exercem perante a sociedade e no exercício da profissão.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

REFERÊNCIAS

1- Abrasco. Sobra a violência contra criança, adolescente e jovens brasileiros. [Acesso em: 19 ago 30]; Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/notas-oficiais-abrasco/sobre-a-violencia-contra-criancas-adolescentes-e-jovens-brasileiros/40061/

2- Brasil. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e Adolescente. Brasília, DF, 1990. [Acesso em: 19 ago 30]; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

3- Cecilio HPM, Oliveira DC. Modelos de revisão integrativa: discussão na pesquisa em Enfermagem. Investigação Qualitativa em Saúde. 2017;2(764-765). Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1272/1232?fbclid=IwAR2w EcMF9AQv8sbfq5KKvZ4U9-KMypptieSKPK3W5edpWK6Y55ybW1FcKAE

4- Ferreira CLS, Côrtes MCJ. Werneck e Gontijo ED. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2019;24(11): 3997-4008. [Acessado 2022 Março 19]; Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018.

5- Oliveira GM de, et al. Revisão sistemática da acurácia dos testes diagnósticos: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões [online]. 2010;37(2): 153-156 [Acessado 2022 Março 19]; Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-69912010000200013. Epub 07 Jun 2010. ISSN 1809-4546. https://doi.org/10.1590/S0100-69912010000200013.

6- Marcolino E de C. "Análise da atuação do (a) enfermeiro (a) nos três níveis de atenção à saúde sob a ótica da Linha de Cuidado para atenção integral a crianças e adolescentes em situação de violência." [Tese]; Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2019.

7- Melo AA de. "Caracterização das práticas de reabilitação na Atenção Primária à Saúde no Brasil, entre 2016 e 2017." [Mestrado]; Universidade de Brasília; 2019.

8- Mendes K Dal S, Silveira RC de CP, Galvão CM. "Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa." Texto & Contexto-Enfermagem. 2019;28.

9- Oliveira R de A. "O papel do estado na recuperação de menores abusados sexualmente." [TCC]; São Mateus: Faculdade Vale do Cricaré; 2019.

10- Reis AAC dos, et al. "Reflexões para a construção de uma regionalização viva." Ciência & Saúde Coletiva. 2017; 22:1045-1054.

11- Rolim ACA, et al. "Subnotificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na Atenção Básica e análise de fatores associados." Saúde em Debate. 2014;38:794-804.

12- Santos LF, et al. "Perfil da violência contra crianças em uma capital brasileira." DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins. 2020; 7(1):36-43.

13- Souza APL. "Violência intrafamiliar: seus impactos na vida das crianças e adolescentes." [TCC]; Goiás: Pontifícia Universidade Católica de Goiás; 2021.

14- UNICEF. Violência mata uma criança ou um adolescente a cada sete minutos. Brasília, DF: UNICEF; 2017. [Acesso em: 2019 ago 30]; Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/EVAC_SummaryBrochure_Portugues_Final.pdf.

15- Ventura EM, et al. "Atuação do enfermeiro a crianças com distúrbios psicológicos em escolas públicas: revisão integrativa." Brazilian Journal of Development. 2020;6(12): 103619-103628.

16- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global status report on violence prevention 2014 Genebra: World Health Organization; 2014. [Acesso em: 17 jan. 12]; Disponível em: www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/.

17- Butchart A, et al. "Global status report on violence prevention. Geneva: WHO; 2014.